



A ESCRITA LITERÁRIA DA FARROUPILHA: O CASO A *DIVINA PASTORA*

FARROUPILHA'S LITERARY WRITING: THE CASE A *DIVINA PASTORA*

Fabício Antônio Antunes Soares*

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

 <https://orcid.org/0000-0002-6132-803X>

fabricaoantunessoares@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho quer examinar como o lugar social se articula com a construção de sentido na narrativa da literatura. O período e o espaço investigados são o primeiro quartel de Brasil pós-Independência. O objetivo é analisar como foi construída a narrativa sobre a Farroupilha no contexto denominado a “Construção da Ordem”. Para isso, examina-se o romance *A divina pastora*, de Caldre e Fião. O problema que norteia o artigo é saber como o lugar social contribuiu para a construção de sentido da Farroupilha. Conclui que a operacionalidade do lugar social de produção do romance foi decisiva como elemento da constituição de sentido da sua narrativa sobre a Farroupilha.

PALAVRAS-CHAVE: História intelectual; Literatura; Lugar social; Teoria da história.

ABSTRACT: The present work seeks to examine how the social place is articulated with the construction of meaning in the literature narrative. The time and space investigated is the first quarter of the post-independence Brazil. The paper aims to analyze how the narrative about Farroupilha was constructed in the context called “Construction of the Order”. For this, the novel *A divina pastora*, by Caldre and Fião is examined. Therefore, the problem that guides the article is to know how the social place contributed, in its own way, to the construction of Farroupilha's meaning. In conclusion, the article infers that the operationality of the social place of production of novel was decisive as an element of the constitution of meaning in the narrative about Farroupilha.

KEYWORDS: Intellectual history; Literature; Social place; Theory of history.

* Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com estágio doutoral na Universidade Livre de Berlim. Professor-Pesquisador FLACSO/Brasil. Professor-Colaborador PPGHS/UEL. Pós-doutorando PPGH/UNIFAP.

INTRODUÇÃO

Esse artigo busca analisar a operacionalidade do lugar social (CERTEAU, 2007) na escrita literária. Assim, o objeto de análise, deste artigo, é a literatura como um modo de escrita sobre o passado. A fonte para tal empreitada é o romance *A divina pastora* do letrado Caldre e Fião. Quando escreveu sobre o lugar social, Michel de Certeau pensava na operação historiográfica. Contudo, acredita-se ser possível avançar em relação à escrita literária no que diz respeito ao lugar social. É assim que se buscou avaliar como o lugar social se articulou e determinou a escrita literária sobre a Farroupilha.¹ Para tanto, ficou demonstrado como é possível perceber o lugar social na escrita literária sobre a Farroupilha.

Com isso presente, parte-se do pressuposto que não há como eliminar a idiosincrasia do lugar de onde o literato e o historiador escreve nem o campo no qual desempenha sua função. O lugar de produção é um indício permanente da produção do literato e do historiador. Examinar a escrita da literatura como uma operação significa analisá-la como a articulação entre um lugar social, práticas e a escrita de um texto (CERTEAU, 2007). Porém, dos três elementos da operação historiográfica elencados por Michel de Certeau, aqui aprofunda-se somente no referente ao lugar social.

Portanto, para compreender a escrita literária sobre a Farroupilha, parte-se do pressuposto de que qualquer narrativa ficcional se encadeia com um lugar e suas determinações tanto sociais e culturais como políticas e econômicas. Isso acarreta uma forma de proceder na escrita que está limitada por condições inerentes ao lugar de sua produção. Assim, é em relação a um determinado lugar social que se organizam os métodos, que se constituem os documentos e se apresentam os problemas da pesquisa. Além disso, o lugar é uma instituição do saber (CERTEAU, 2007) que tem, por um lado, uma extensão externa, associada a outras instituições e conjuntos corporativos e contém, também, uma extensão interna, o estabelecimento de um saber inseparável de uma instituição social. As instituições, conseqüentemente, além de fornecerem a solidez social à escrita, também torna-a possível.

De tal forma, a sociedade e a composição de sentido literária se ajustam sem se hierarquizarem. Portanto, para compreender um texto literário é necessário articulá-lo com

¹ A Farroupilha, Revolução Farroupilha ou Guerra dos farrapos, foi um conflito militar e político na Província de São Pedro entre 1835 e 1845.

um lugar social e, de tal modo, a circunstância social é o não-dito na narrativa do literato. Logo, não é possível considerar o texto literário como autônomo à instituição e à sociedade em conformidade com a qual ele se constituiu.

Surge, então, que a escrita literária – e a escrita da história – é a obra de um *lugar* e, entre suas hierarquias e seus códigos até a escrita do passado, o fazer do literato e do historiador é referente à estrutura da sociedade. Portanto, ao mesmo tempo que é preciso entender como a literatura reapresenta a memória e o passado, é preciso compreender como a escrita da literatura opera no interior da sociedade. Assim, a função do lugar é, de antemão, proibir e permitir tipos de uso, construções e representações do passado. Empregando a metodologia de Certeau, articulando-a e ampliando-a para a escrita literária, esta, assim como a historiografia, delinea-se “por uma *relação da linguagem* com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe” (CERTEAU, 2007, p. 76).

Portanto, para atingir o objetivo aqui proposto, dividiu-se o artigo em quatro partes. A primeira investiga o contexto social e político do Brasil monárquico entre 1820 e 1850, período em que se ambientou a escrita do romance. A segunda averigua as instituições literárias e o contexto intelectual em que foi escrito *A divina pastora*. A terceira parte examina como surge, no texto do romance, o lugar social em que foi produzido. Por fim, analisa as relações estéticas do romance com o seu lugar social de produção.

O LUGAR SOCIAL (I): O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO

O período imperial brasileiro foi de construção do Estado-nação (CARVALHO, 2012). Nesse período, o Brasil consolidou a sua independência, garantiu a unidade da territorial, definiu suas relações externas, fundou uma monarquia constitucional, manteve a liberdade de imprensa, deu os primeiros passos em direção à industrialização e, demoradamente, terminou com o trabalho escravo. Assim, o período do Brasil imperial analisado neste artigo vai de 1838 a 1850 e é denominado, por Carvalho (2012), como a construção da ordem – momento em que foram lançados os fundamentos do Estado imperial.²

² Dolhnikoff (2005) problematiza as afirmações de Carvalho (2012). Ela entende que “a proposta de uma distribuição equilibrada do aparelho do Estado pelo território imperial era um projeto nacional capaz de articular as diversas elites provinciais, uma vez que estas não se confundiam com as forças locais. E esse projeto não era apenas dos liberais, mas também dos conservadores, pois o que os dividia eram divergências pontuais em torno das dificuldades para sua implementação.” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 83). Portanto, as elites regionais desenvolveram-se igualmente como elites políticas de destacada atuação no contexto político brasileiro mais amplo. Nesse concerto político, foi preciso a corte imperial adaptar-se às facções regionais para prevenir insatisfações que atrapalhariam a coesão do Brasil sob a monarquia.

É nesse período que está o romance analisado aqui e que, à sua maneira, participou da construção da ordem. Caldre e Fião publicou o seu primeiro romance, *A divina Pastora*, em 1847. No mesmo sentido que as memórias históricas publicadas anos antes,³ essa obra defende a monarquia e condena a Farroupilha.

O período chamado de construção da ordem começa em 7 de abril de 1831, quando D. Pedro I abdica do poder em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, à época com cinco anos de idade. Em 1831, aumentara a tensão política em torno D. Pedro I. Na oposição a ele estavam liberais, republicanos e os brasileiros em geral incomodados com as práticas despóticas e com a lusofilia do governante.

Com a impossibilidade de seu filho assumir o trono, a abdicação de D. Pedro I deu início a um período de intensa disputa política. Essa época ficou conhecida como período regencial e durou de 1831 a 1840. Para Carvalho (2012, p. 87), como na América hispânica, “houve no Brasil instabilidade, revoltas regionais, conflitos urbanos, secessões. A diferença em relação aos países hispânicos foi que o Brasil conseguiu sobreviver ao teste e manter sua unidade política.” O período regencial teve duas fases: de 1831 a 1837 correspondeu ao domínio dos liberais moderados, e de 1837 a 1840, que foi caracterizado pela reação conservadora.

A reação inicial à abdicação foi de um alvoroço geral. Entretanto, a percepção de liberdade arrastou a eclosão de revoltas. Para Carvalho (2012), o motivo mais comum para os conflitos foi o antilusitanismo. Os portugueses ocupavam posições importantes na administração civil e militar e dominavam o comércio. Os liberais moderados, no controle do governo da regência, tiveram que lutar com dois problemas: por um lado, a manutenção da ordem pública e, por outro, as pressões federalistas. Para solucionar o primeiro, criaram a Guarda Nacional para “colocar a manutenção da ordem nas mãos dos que tinham algo a defender, isto é, dos proprietários.” (CARVALHO, 2012, p. 89). Em relação ao federalismo, a Constituição de 1824 era demasiadamente centralizadora para um país tão vasto.

Portanto, em 1834 reformou-se a Constituição por um Ato Adicional. O novo sistema só não foi inteiramente federal porquanto os presidentes permaneciam sendo designados pelo governo central. Assim, “a descentralização de 1834 viabilizou o surgimento de um novo tipo de revolta. O aumento do poder dos governos provinciais fez deles objetos de luta entre as facções locais.” (CARVALHO, 2012, p. 90). Dessa forma, por

³ Foram três memórias históricas: A primeira de 1841 é *Bosquejo histórico e documentado*, de Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho; a segunda, também de Saturnino, é de 1842 intitulada *Negócios do Rio Grande*; e a terceira é de 1846, *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias*, de Antônio Manuel Correia Câmara.

um período de dez anos surgiram várias revoltas regenciais: Cabanagem (1835-1840), Balaiada (1838-1841), Sabinada (1837-1838), Farroupilha (1835-1845) e a Revolta dos Malês (1835). Temendo a desintegração do país, o regente Feijó decidiu renunciar. Quem o substituiu foi Pedro de Araújo Lima, político experiente vindo do Primeiro Reinado. Ele era formado em Coimbra, senhor de engenho em Pernambuco, “profundamente conservador e opositor declarado da descentralização introduzida pelo ato adicional [...] tanto o novo regente quanto a nova Câmara apoiavam a reforma do Ato Adicional. Foi o início do movimento que ficou conhecido como regresso conservador.” (CARVALHO, 2012, p. 95).

Quem liderou o regresso foi Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ex-aluno de Coimbra e deputado por Minas Gerais, Vasconcelos era antigo liberal, ex-aliado do padre Feijó e o autor do projeto de lei do Ato Adicional de 1834. Ele foi chamado para o ministério de Araújo Lima juntamente com políticos ligados à magistratura e agricultura de exportação.⁴ Nesse período, começaram a surgir os dois partidos do Império: o Partido Conservado e o Partido Liberal. Segundo Carvalho (2012), a filosofia dos conservadores, desenvolvida por Vasconcelos, defendia um Estado central forte e um governo baseado nas classes conservadoras. A maioria do partido era composta por



www.revistafenix.pro.br

[...] proprietários de terra e escravos voltados para a agricultura de exportação, concentrados nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, por grandes comerciantes e pela burocracia, sobretudo judiciária. O Partido Liberal, por seu lado, favorecia a descentralização política e administrativa, era menos resistente às medidas tendentes a abolir o tráfico e congregava, sobretudo, os proprietários rurais mais voltados para o mercado interno, como os de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e profissionais liberais urbanos. (CARVALHO, 2012, p. 95)

Receando outras reformas regressistas, os liberais tentaram evitá-las apelando a uma causa popular: a antecipação da maioridade do imperador que, pela Constituição, só era possível em dezembro de 1843. O movimento teve apoio da população. Em 1840, a maioridade de D. Pedro II foi sancionada e os liberais voltaram ao poder. Mas o governo liberal durou apenas um ano. Os conservadores, de volta ao poder, avançaram em seu projeto centralista. Receosos de que muito acúmulo de poder os eliminasse do jogo político, os liberais apelaram às armas. Em 1842, surgiram revoltas em São Paulo e Minas Gerais. Foi nessa ocasião que o imperador, já com certa experiência, principiou a fazer uso do Poder Moderador. Os liberais derrotados em campo de batalha em 1842 foram dois

⁴ Foi ministro da justiça de 1837 a 1839. Sobre Vasconcelos, ver: Carvalho (1999).

anos após, em 1844, chamados ao governo e a anistia foi concedida. Para Carvalho (2012, p. 98), “essa capacidade de arbitramento por parte do Poder Moderador ajudou a legitimar a monarquia.” E depois da rebelião Praieira “fechava-se com essa revolta o ciclo de rebeliões iniciado após o Ato Adicional. O sistema estabilizou-se sob a hegemonia dos conservadores que se estenderia por cerca de dez anos.” (CARVALHO, 2012, p. 98). Portanto, o ano de 1850 foi um marco divisório na política imperial, pois

O gabinete conservador que assumiu em 1848 derrotou a Praieira e governou, com algumas mudanças, até 1853. Foi o segundo gabinete mais longo do segundo Reinado. Eliminando as revoltas, consolidando o regime, o governo sentiu-se em condições de enfrentar alguns problemas urgentes na área social, econômica e de política externa. (CARVALHO, 2012, p. 98).

A primeira das reformas foi o fim do tráfico de escravos. Com a pressão da Inglaterra, o gabinete decidiu acabar com o tráfico. O governo empenhou-se na repressão. Prendeu e deportou traficantes. Depois vieram a Lei de Terras e o Código Comercial, sendo “o início da modernização capitalista do país.” (CARVALHO, 2012, p. 101). Na política externa, o Brasil interveio novamente no Prata retirando Rosas do poder. Com isso, definiu-se uma política para a área diplomática: não conquistar e não deixar conquistar. Em 1850, o governo também reformou a Guarda Nacional. Tal reforma estreitou os laços que uniam a instituição ao governo. Nas mãos do governo, os postos da Guarda viraram moeda política. Para Carvalho (2012), o aumento de controle sobre a Guarda foi a última medida dentro do movimento de centralização iniciado em 1837.

Portanto, foi nesse contexto histórico de construção da ordem que começou um controle sobre como recordar os dez anos da guerra civil sulina. O controle sobre as narrativas se exerce no jogo político-social, nas instituições e na escrita sobre o passado.⁵ Também nesse período um novo elemento identitário se criava no século XIX: a nacionalidade. (THIESSE, 2001, 2002). A produção de um passado brasileiro, no segundo quartel do século XIX, iniciou a formação da identidade brasileira. Esta identidade nacional começou a ser construída pela elite letrada tanto na literatura quanto em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Os limites da escrita sobre o futuro e o passado da jovem nação começavam a ser moldados. A representação da Farroupilha passava por

⁵ Para Lima (2009, p. 228-229), “o controle supõe, primeiramente, a concordância da obra com os valores aceitos e consagrados pelas instituições de certa sociedade, as quais costumavam (e costumam) recorrer a letrados para exercê-los [...] O controle visa a evitar qualquer dissonância, pelo menos de peso, entre a aventura narrada e os valores reiterados pela sociedade.”

esse controle, por esses espaços de escrita, que eram espaços de política e estética. Dessa forma, o romance aqui analisado também é um sintoma da construção da ordem.

Para tanto, a reconstrução da ambiência histórica da escrita ajuda a entender o próprio escrito, isto é, o lugar de produção textual que limita a escrita sobre a Farroupilha. Mas isso não é tudo: o significado de um texto, de uma escrita não se explica somente por seu contexto ou por uma base econômica, antropológica ou política-institucional. O texto exige uma análise de sua estrutura, de seus personagens e de sua intriga que não são, apenas, um reflexo do lugar de produção.

O LUGAR SOCIAL (II): AS INSTITUIÇÕES

Em um período em que os letrados são políticos ou agentes do Estado Imperial, há uma articulação dos seus escritos com o interesse do Estado. Só publicam ou participam dos espaços institucionais reconhecidos socialmente à época aqueles comprometidos com o interesse do Estado, havendo poucos espaços (havia debates sobre diferentes projetos políticos)⁶ para a produção de algo que divergisse do projeto da monarquia.⁷

Após a Independência, torna-se um imperativo à classe dirigente a busca de criação de uma literatura autônoma no Brasil, manifestando a seu modo os temas, dilemas e aspectos da nova nação.⁸ A literatura romântica se articulou ao processo de construção da ordem. Portanto,

Ela precisa ser a expressão de uma identidade. A nação já não é apenas a soma dos homens bons, mas um personagem histórico que é anterior à própria comunidade empírica [...] Compreender a literatura como expressão de uma unidade individual chamada nação criava a necessidade de explicar as forças que a organizavam. (ARAUJO, 2008, p. 124).

⁶ Um exemplo é o debate sobre a questão indígena. Ver: Guimarães (2011).

⁷ Sobre a indistinção entre atividades políticas e intelectuais no século XIX brasileiro, ver: Alonso (2000). Para Lazzari (2004), apesar de história e literatura serem considerados gêneros distintos, ambas eram complementares aos homens de letra do século XIX. Tanto a história como a literatura eram praticadas, em muitos casos, pelos mesmos autores, sem uma maior especialização. Para Cezar (2004a), havia a carência de regras claras para definir as fronteiras dos campos histórico e o literário.

⁸ O primeiro sinal desta mudança literária é a revista Niterói lançada em Paris, em 1836, com o artigo de Magalhães (1836, p. 152): “No século XIX com as mudanças, e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face Literária apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia de Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome.” Araujo (2008, p. 130-131) escreve, comentando o texto de Magalhães, que “no século XIX, a história da literatura estava destinada a assumir o papel que a religião exercera, ou seja, produzir totalidades estáveis.”

Os literatos foram à busca das tradições nacionais e da história,⁹ sendo uma consequência o tema local: descrever costumes, paisagens e fatos nacionais. O romance foi um elemento que se encadeou à construção da ordem. Os letrados românticos encontraram neste gênero o veículo ideal.¹⁰ Há três eixos para se pensar o romance romântico: a) o lastro do real;¹¹ b) visão de país; e c) temas.

Sobre o terceiro eixo, que interessa mais diretamente ao artigo, a expansão do romance romântico imprimiu a “disposição de fixar literariamente a paisagem, os costumes, os tipos humanos.” (CANDIDO, 2013, p. 434). Desse modo, dentre os assuntos do nacionalismo, foram os mais apreciados os mais diferentes para o cidadão: os índios e o homem rural. Nesse contexto, “o literato adquiria a sua via singular de fazer política. Como educador, sua missão era qualificar o brasileiro, que entregue aos seus próprios instintos não poderia ser o cidadão de um país civilizado.” (ARAUJO, 2008, p. 133).

No campo da produção histórica, em 1838 cria-se, no Rio de Janeiro, o IHGB, que desempenharia um papel relevante na construção da memória e da história da nação. Assim, a partir desse momento havia um núcleo arquivador e irradiador da história nacional.¹² No pano de fundo da fundação do instituto estava a veneração da nação,



[...] sendo a história vista como instrumento para elevar seu brilho e sua honra [...] o instituto foi criado no momento em que o país buscava proteção contra a “revolução” [...] os “princípios republicanos anárquicos” são rejeitados e combatidos. A manutenção da monarquia é tomada como garantia e pressuposto para a integração do país. (GUIMARÃES, 2011, p. 69).

Portanto, o romance usou a Farroupilha como matéria de sua narrativa. A estética romântica do período foi a via pela qual se constituiu em texto a Farroupilha. Também, como a nascente historiografia em forma de memória histórica, o conflito sulino de 1835 foi enquadrado no processo de construção da ordem da jovem nação brasileira, mostrando

⁹ Para Araujo (2008, p. 122), “claro está que ao novo conceito de literatura era fundamental um novo conceito de história.” E segue o autor: “a cunhagem de um novo conceito de história não poderia ser entendida como uma tarefa de especialistas ou de um campo do conhecimento, mas como a confluência de demandas oriundas das mais diversas áreas da atividade ‘letrada’.” (ARAUJO, 2008, p. 187).

¹⁰ Para Candido (2013, p. 433), “o nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar o país. Talvez o seu legado consista menos em tipos, personagens e enredo do que em certas regiões tornadas literárias.”

¹¹ Segundo Araujo (2008, p. 120), “A ênfase no papel testemunhal da literatura é correlata à percepção da singularidade de cada povo e [...] de cada época ou geração [...] uma peça no grande quadro da história da humanidade.”

¹² Conforme observa Guimarães (2011), os historiadores do IHGB não eram historiadores de formação, mas juristas, militares, médicos ou políticos. Esses homens se definiam como literatos. Tanto Raimundo José da Cunha Matos como Januário da Cunha, fundadores do IHGB, eram servidores do Estado.

um passado, às vezes, diferente das memórias históricas, mas dentro do mesmo controle da memória. O romance fez-se de maneira a descrever paisagens e hábitos locais, contribuindo para a cor local¹³ da Província de Rio Grande ser conhecida no Império inteiro. A matéria do romance estava quente ainda quando Caldre e Fião escreveu sua narrativa. O romance trazia seus personagens e suas paisagens, mas articulando-se aos interesses do Império. As dissensões internas foram lembradas, mas com o objetivo de não serem mais repetidas.

José Antonio do Valle (Caldre e Fião somente depois incorporaria ao nome) nasceu em Porto Alegre em 1821. Aos 13 anos começou a trabalhar em uma farmácia na capital sulina. Aos 16 foi admitido como auxiliar de botica na Santa Casa de Misericórdia também em Porto Alegre. Aos 22 anos foi para o Rio de Janeiro ainda nos tempos da Farroupilha. Exerceu o magistério em escola particular na Capital do Império. Não saiu do Estado natal por questões políticas, mas para formar-se em medicina, dedicando-se aos estudos de homeopatia.

Também na Corte desempenhou as atividades de jornalista e professor. No Rio de Janeiro, fundou o jornal O Filantropo em cujas páginas defendia o fim da escravidão,¹⁴ o que lhe valeu inúmeras perseguições. Além disso, foi um dos fundadores, em 1850, da Sociedade contra o Tráfico de Escravos. Em 1852, retornou para Porto Alegre, sendo eleito à Assembleia Provincial em muitas legislaturas. Pertenceu ao Partido Liberal. Quando este se cindiu, aderiu à chamada ala progressista. Na área das letras, foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) em 1860.¹⁵ Em 1868, foi nomeado primeiro presidente da sociedade literária Partenon Literário, que congregava a nova geração de intelectuais rio-grandenses.

Os anos passados na Corte foram de intensa atividade pública e produção intelectual. Lecionou, foi dono de jornal, publicou dois romances, guias homeopáticos e teve uma intensa atividade abolicionista, mas também “a fidelidade ao regime monárquico temperava seu liberalismo político [...] Caldre e Fião empenhava-se em cumprir um papel de homem público e construir as instituições sociais e políticas do império.” (LAZZARI, 2004, p. 53). Portanto, merece ênfase, nesta pequena biografia de Caldre e Fião, o fato de que ele se formou intelectualmente e como homem público na Capital do Império e esses elementos são importantes para interpretar seu romance.

¹³ Sobre o entendimento do conceito de cor local no século XIX, ver: Cezar (2004b).

¹⁴ A temática da escravidão foge ao escopo deste artigo. Para uma análise do tema no romance de Caldre e Fião, ver: Tomasi (2007).

¹⁵ Sobre o IHGPSP, ver: Boeira (2009), capítulo “O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar.”

O primeiro romance que narrou a Farroupilha foi de Caldre e Fião: *A divina pastora*, de 1847. O livro é o segundo romance na história da literatura brasileira. No entanto, a primeira edição do livro desapareceu, tornando a obra um enigma na história literária nacional. O livro teria sido tirado de circulação por retaliação de um traficante de escravos desafeto de Caldre e Fião. Após 145 anos de procura, por fim em 1992 o livro foi encontrado em Montevideu. Apesar de ter ficado tanto tempo sumido e que não chegou a criar, após a publicação, uma tradição de escrita regional, como *O gaúcho* de José de Alencar, *A divina pastora* é importante, pois foi o primeiro romance que narrou a Farroupilha. Além disso, Caldre e Fião pode estender sua influência nas letras rio-grandenses, pois tanto participou do IHGPSP quanto do Partenon Literário.

O LUGAR SOCIAL NA ESCRITA DA LITERATURA (I)

A paisagem do romance é a vila de São Leopoldo, a cidade de Porto Alegre, Viamão, o Passo da Cavalhada e Belém Velho.¹⁶ Desse modo, isso é a marca do romance brasileiro que, na época, estaria comprometido com a identificação e nomeação do espaço circundante, fazendo do romance uma ferramenta para o conhecimento da jovem nação.¹⁷ O romance centra-se em Edélia (a divina pastora) e seu primo Almênio. Entretanto, após a recusa de Edélia em casar-se com ele por ser farroupilha e, também, pelas vilanias amorosas de Francisco,¹⁸ Almênio casa-se com Clarinda (jovem imigrante alemã). O livro é composto em uma narrativa moralista, em que os exemplos de condutas atravessam a atuação dos personagens. Nisso o romance de Caldre e Fião fornece lições de conduta, isto é, exemplos morais, para o leitor.¹⁹

Na intriga, para o narrador “Estava reservado ao século 19º o desenvolvimento das ideias liberais.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27). Ideias geradas na alma do homem contra a Idade Média. Desse modo, o Brasil, por estas ideias, quebrou o jugo de Portugal e

¹⁶ Conforme nota Chaves (1992, p. 9), “Embora pertencesse à primeira geração ‘romântica’, Caldre e Fião não renunciou à atitude *realista* quando tratou de configurar o Rio Grande do Sul e sua capital, oferecendo aos círculos intelectuais da corte imperial um cenário até aí absolutamente desconhecido na literatura brasileira.”

¹⁷ Os escritores românticos saíram em busca das paisagens, “no esforço para desenhar de maneira indelével a identidade nacional.” (CHAVES, 1992, p. 10).

¹⁸ Rival de Almênio pelo amor de Edélia.

¹⁹ Para Chaves (1992, p. 10-11), “Aqui interessa menos o aprofundamento psicológico dos caracteres, exigindo longas digressões, e muito mais a sucessão vertiginosa dos acontecimentos; menos a densidade metafísica do conjunto e mais o caráter ‘exemplar’ que cada um dos episódios virtualmente contenha.”

começou a realizar suas disposições. Contudo, excessos aparecem nas requeridas reformas e em diferentes pontos do Império, levando os homens ao fanatismo político:

Desde 1818 uma fermentação de ideais se preparava, em clubes diversos, na província do Rio Grande do Sul, até que uma explosão espantosa teve lugar em 20 de setembro de 1835, presidindo então os negócios governativos da província o Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27).

Portanto, ao grito de liberdade, o rio-grandense desembainhou a espada, outrora muito usada no Uruguai e “correu ao encontro do suposto tirano que lhe assinalavam.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27). Ao citar o Uruguai, o narrador relaciona a importância do espaço platino para a história da Província. Almênio, soldado republicano, neste momento entra na narrativa. Esse ponto na intriga do romance é importante porquanto foi o apoio de Almênio à “explosão espantosa em 20 de setembro” que acendeu a aversão de sua prima Edélia e a repulsa ao possível casamento entre eles. Este é um recurso narrativo para demarcar a interpretação dos fatos. A explosão espantosa foi narrada como sinônimo da desordem, uma energia negativa, desestabilizadora da composição social e familiar, pois, conforme o narrador observou no início, não era algo reservado ao homem bom. Tanto que, no final da narrativa, convencido da ilegitimidade do 20 de setembro, Almênio passou ao exército imperial, ajuizando sobre a imoralidade do ato político-militar que tomou. Contudo, ainda anterior a isso, no início do romance

Almênio, jovem de 23 anos, no ardor das paixões violentas, filho de abastados pais, julgou cumprir um dever, apresentando-se no campo da batalha em defesa dos sagrados ideais da liberdade, e no calor do prélio fazer provar aos que julgava inimigo o fio da sua espada. Inflamado pelo ardor marcial esquecera a casa paterna; e a benção dos céus que de seus maiores recebia, sagrado talismã, de há muito não recaía sobre sua cabeça. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27-28).

Sob o comando das paixões violentas, avalia o narrador, Almênio era como o barco que naufraga no baixio, pois ele teria a vida do homem mau enquanto estivesse lutando pelas ideias liberais. Mas havia algo moralmente ainda mais grave: “Ele tinha desobedecido. Seus pais, amestrados na escola do mundo, tinham reprovado uma reforma que julgavam desnecessária em um país que apenas começava a fruir o resultado da aplicação de uma constituição liberal.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 28).

Posteriormente, Almênio e o imigrante alemão Hendrichs iniciam um diálogo sobre a revolução. O imigrante lhe falou do embate das paixões quando há revolução. Esta seria sempre o resultado de intestinas guerras, flagelo imenso de todos os povos, que

rompem o laço da fraternidade humana. Almênio respondeu que muita dor sofreu por causa da guerra. E o imigrante lhe sugeriu que ele poderia remediar tudo. A partir dessa sugestão respondeu Almênio: “Eu sempre gostei de conservar em meu coração o plácido deleite que se gera na ausência de tumultuosas paixões, mas excitado pelo amor da pátria tenho-me constituído réu de lesa paternidade, desprezando os conselhos em que fui alimentado desde a infância.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 34).

Antes de deixar Hendrichs e sua filha Clarinda (com quem se casara no fim do romance), Almênio afirma: “Tenho de cumprir projetos formados pela desesperação de minha alma [...] Arreneguei minha vida política e quero reparar os males que hei feito.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 35). Após conversar com o imigrante alemão, Almênio renuncia “a explosão espantosa em 20 de setembro” e quer reparar os males que causou.²⁰ Então, arrependendo-se, quis voltar à ordem (imperial), à família e à ideia de Deus que seus pais lhe ensinaram.

Em seguida, Almênio encontrava-se em Viamão, apeia em um cemitério improvisado dos republicanos. Sentia-se com o coração aliviado e passou em revista a sua vida:



Quanto devo a meus pais que insuflaram em meu coração o amor da virtude quando apenas entrava o limiar da existência! Em vão, ainda hoje, o bafejar do crime tem pretendido fascinar-me; imune conservado me tenho do pêgo voraz dos vícios e sinto o modicar da alma nessas impressões, que geram desconhecidas emoções. Mas o amor da *pátria!* Esse sentimento me era estranho, fez-me tantas maganguices, negaceando-me na órbita de minhas ações juvenis que arrastou-me ao lavacro do foco revolucionário e me deixou entregue à sua torrente ruidosa; desde então estabeleceu-se uma reação, partindo do sentido íntimo ou moral, que tem lutado com vigor as sensações externas causadas pelo prazer da guerra, dos desastres e da morte. Meus irmãos [...] Por que não vos reunistes como um só homem para esmagar com mão de ferro aquele que ousou concitar-vos à guerra civil? [...] prometo sacrificar minha vida à grandiosa obra da *pacificação da província*, para que a frondosa árvore da prosperidade espalhe numerosos e não exíguos ramos por todos os seus pontos. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 37-38).

A reconversão do personagem Almênio à ordem monárquica é total. Ao recusar suas posições políticas republicanas, Almênio compreendia que estar ao lado dos rebeldes era estar do lado do vício e do crime. E quando ele não tinha amor à pátria foi que esteve do lado dos revolucionários. Mas logo acendeu em seu peito o amor à pátria, e Almênio

²⁰ Ao ser convencido após sua guerra interna, advinda das paixões sobre ser ou não republicano pelo imigrante alemão, percebe-se que o personagem alemão traz, na narrativa de Caldre e Fião, um fator de regeneração e progresso. Ver: Lazzari (2004).

passou para o lado imperial e convida a todos a terminarem com a guerra civil. Assim, os exemplos de bondade e ordem recuperam o personagem Almênio para o interior da paz e da pátria. Almênio muda de um polo a outro da guerra ao longo da narrativa. Portanto, o personagem descobre os males da rebeldia política, moral e familiar e retorna ao *status quo* anterior.

Para o narrador, um dos motivos da espantosa explosão foi que “a gente baixa da *campanha* obedece cegamente ao chefe que a guia ao combate, sem importar-se com a cor política do *partido* que ele segue.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 40). Almênio abandonava a causa da República do Piratini, pois seus pais a reprovavam. Em um momento do romance, o narrador analisa a Farroupilha:

Se eu pensar como filósofo não direi uma palavra; mas como Legalista direi: *que ele fazia muito bem*; e como Republicano: *que ele era um traidor, um passado*. Mas Almênio está de bom humor comigo; eu sou filósofo e não partidário das dissensões civis que dilaceram as entranhas de minha pátria. Julgai vós, leitores, o que quiserdes de seu procedimento. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 42).

O narrador quer mostrar sua imparcialidade como filósofo. Contudo, acredita que, dependendo do ponto de vista, poder-se-ia mudar a opinião sobre a revolução. Tal imparcialidade é um requisito da nascente historiografia. Todavia, ao colocar-se como filósofo, mesmo assim posicionou-se contra as dissensões civis. Em *A divina pastora*, o narrador interpreta a Farroupilha como um acontecimento desagregador da vida moral e social e contrário à nação em construção. Porém, para fornecer à sua narrativa um caráter descritivo, avisou que o julgamento dos fatos cabe ao leitor. Da revolução de 20 de setembro de 1835 que devastou os campos da Província, escreveu: “Não farei dela a história; direi em definitivo: a razão condena os *partidos* que em uma reunião social tendem a disseminar a desordem e com ela a desconfiança que destrói os laços da fraternidade.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 45).

Porém o sentido da Farroupilha, em seu romance, acaba sendo o mesmo das memórias históricas do período, com seu moralismo e suas lições. Um moralismo que é, em certa medida, construído a partir de uma noção de respeito a valores (cristãos) e ao passado (imperial). Em seu romance, tanto os valores como a reconstrução do passado constroem uma memória do Brasil monárquico.

O narrador forneceu dois motivos para a tal explosão espantosa. Por um lado, o povo excitado por líderes brutos ambicionava do governo soluções que abrandassem os ânimos. Todavia, o povo aguardou inutilmente e a corrente da insatisfação cruzou sobre a

reação dos políticos. Por outro lado, “alguns caudilhos antolhavam um futuro cheio de esperanças, de ouro e glória individual, e muito poucos o da verdadeira glória da Pátria.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 45). Para o narrador, os republicanos colocaram à frente do bem social o individualismo o que, em seu entendimento, sempre trouxera anomalias sociais. Iniciada a revolução, os republicanos tiveram que mantê-la e fizeram a sua independência sendo amparados, nesta guerra, pelos vizinhos platinos, a quem o narrador considerava ambiciosos e desleais.

Não pertencendo mais ao exército republicano, Almênio foi a Porto Alegre cortejar Edélia. Contudo, não foi bem recebido por sua prima, pois ela era contrária à revolução de 20 de setembro. No pequeno diálogo que mantiveram, o futuro amor dos dois tornou-se impossível, pois a Farroupilha interpôs-se entre os dois e impediu a sua união. Numa conversa rodeada pelo mate, assim Edélia falou ao primo:

Homem iníquo! Eu te horrorizo e detesto teu hálito de desumana feral! Quando as gerações vindouras lerem os anais de nossa história encontrarão uma página de sangue e teu nome escrito em caracteres de infernal invenção. Teu crime parece desnaturar-se aos olhos da natureza. Eu não sou tua prima! [...] Não posso perdoar crimes de lesa-pátria! (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 58).

Estar ao lado dos farroupilhas, em *A divina pastora*, é estar do lado do crime que coloca sangue na história da nação e, além disso, um crime tão grave que a personagem Edélia rompe o laço afetivo e o futuro matrimônio com Almênio por causa de seu crime de lesa-pátria, ao qual ele participara como republicano. Contudo, Almênio (re)convertido à vida justa, a ordem imperial, respondeu: “Tendes razão, minha prima, disse ele. Folgo ter renunciado o título de *farroupilha*. Irreflexões me arrastaram e justamente sou réu no tribunal de vossas convicções.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 60). Portanto, a Farroupilha, controlada textualmente, interdito um relacionamento amoroso. Política, guerra e relações afetivas se entrecruzam no romance. Neste momento do romance, o narrador reflete sobre sua escrita e como se explica o passado:

Alguns historiadores têm querido que o clima só por si forme o Rio-Grandense tão austero em costumes, tão forte e constante nos combates, tão bom e fiel na sociedade e tão vingativo e implacável inimigo quando é ofendido, como ele é atualmente descrito por todos os estrangeiros que têm observado seus hábitos e seus usos e que têm atravessado as plagas que ele habita; *mas, quanto a mim, que já me considero com algumas propriedades e quesitos necessários ao historiador*, suponho dever atribuir-se muitas dessas coisas à sua alimentação e educação moral. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 80-81).

Justificando suas afirmações históricas e a frugalidade do rio-grandense, o narrador usa como exemplo as lições da história antiga: “Pompeu, vendo os soldados de César sustentarem-se de raízes agrestes, dizia: *Eles são uns animais selvagens*; mas veio um tempo em que chegou a conhecer que eles eram verdadeiros *homens*.” (CLADRE E FIÃO, 1992, p. 81). E desta passagem da história antiga retira a seguinte conclusão: “A primeira virtude é o desprezo a vida, a segunda a redução das necessidades dela.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 81). E no presente quem segue essas lições da história são o rio-grandense: “Despidos de todo o luxo que enerva os membros de um Estado, o Rio-Grandense acha recursos imensos em sua frugalidade e costumes simples.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 81).

*Historia magistra vitae*²¹ e um narrador de romances com propriedades de historiador se unem. Em *A divina pastora*, não são só as lições da história antiga que articulam escrita e construção da ordem monárquica, as lições da história cristã também. Para avançar a explicação em seu romance, a ficção deve-se fazer pela história. A história dos exemplos passados (não os historiadores) não deve ser questionada. Considerando-se um historiador, isto é, considerando-se com os mesmos atributos de um historiador, o narrador entendeu-se guarnecido para narrar a Farroupilha. Ficção fez-se lições de história, isto é, a história e suas possíveis causações delimitaram o romance *A divina pastora*. O narrador observou que o clima e a geografia foram usados nas explicações dos historiadores como base do esclarecimento sobre os acontecimentos rio-grandenses. Contudo, o narrador do romance, igualmente historiador, propõe que também a alimentação e a moral são as bases da explicação.²² E justificou tal assertiva com um exemplo da história antiga.

Assim, Chaves (1992, p. 16) acredita que “o romance de Caldre e Fião é essencialmente *romance histórico* [...] mas no sentido talvez mais moderno da problematização da história à luz da ficção.” Mas creio que seria o contrário, isto é, a história (antiga e cristã) controlando a ficção do romance. No caso d’*A divina pastora*, ao invés de a ficção problematizar a história, parece o caso de a história controlar a narração da ficção no romance no sentido de a história não apenas orientar uma cronologia da narração fatos, mas controlar o próprio sentido dos fatos do romance.

²¹ Sobre *historia magistra vitae*, ver: Kosselleck (2006) e Rüsen (2007).

²² No caso da explicação da Farroupilha, somente quarenta anos depois Assis Brasil (1981) usara a alimentação e a moral como explicação da revolução, mas, diferentemente de Caldre e Fião, Assis Brasil escreveu envolto nas filosofias da história.

Enfim, “o ensanguentado dia 20 de setembro de 1835 em que a revolução começou os seus furores sob o mando do Coronel Bento Gonçalves da Silva” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 17), dia em que irmãos e amigos se amaldiçoavam mutuamente, terminou por impedir de vingar os sentimentos dos primos. Dessa forma, a partir do da construção da ordem imperial e no conflito interno da consciência cristã de Almênio e Edélia desenvolveu-se o ensanguentado 20 de setembro. Ao fim, Almênio não conseguiu permanecer na desordem republicana que a consciência cristã desautorizava. E tal consciência moral o levou a defender o império e a jovem nação. Edélia, a própria consciência da nação contra crimes de lesa-pátria, é a virtude do Império. O imigrante Hendrichs, com exemplos e lições das revoluções passadas, mostrou o que, na visão do narrador, seria o melhor caminho a ser seguido politicamente: respeitar a ordem, a fé cristã e a unidade do Império. *A divina pastora* mostrou mais que guerras ou eventos militares. O texto criou uma representação sobre o ensanguentado 20 de setembro em que dilemas morais, exemplos, a pedagogia cristã do narrador e amores ceifados por escolhas políticas se desenvolveram no cotidiano dos personagens.

O LUGAR SOCIAL NA ESCRITA DA LITERATURA (II)

O romance de Caldre e Fião pode ser caracterizado como folhetim.²³ Para isso, há quatro elementos principais no romance. Primeiro o culto à peripécia. Há continuamente um episódio (quando Almênio é salvo por seu pai), em que o acontecimento sobrecarrega dominando inevitavelmente o andamento da narrativa. O segundo elemento é a digressão, que é a inserção de narrativas paralelas à principal (há inúmeras no romance). O terceiro elemento é a crise moral. Os casos de Almênio e Francisco. O quarto elemento é o cuidado de deduzir a moral dos fatos, isto é, no romance a moral cristã e a construção da ordem condenam a Farroupilha.

Na conformação do gênero folhetinesco emerge o combate do bem contra o mal. O romance obedeceu ao plano intelectual de Caldre e Fião, o bem é recompensado e o mal punido. Além disso, mais um fato que interessa à análise: carência de organicidade, em *A divina pastora*, na conexão das várias histórias paralelas entre elas e com a principal. Há infundáveis narrativas e exposições empoladas. A ficção do romance, em *A divina pastora*, ficou controlada pela construção da ordem monárquica. A República e seus personagens

²³ Para Gomes (2009, p. 61), “Nascia assim o romance-folhetim, para educar e comparar os modos de ser na cidade e no campo, do litoral e do sertão, de forma que os escritores urbanos ensinavam e explicavam didaticamente pelos exemplos dos personagens, as qualidades e as maneiras desejadas ou não pelo pensamento civilizado para a sociedade em formação.”

são colocados em contraste com o projeto da construção da ordem. Os farroupilhas são bandidos, criminosos, mentirosos e vis salvadores da pátria. Quando Almênio resolve se unir aos farroupilhas, burla a ordem e se distancia da moralidade cristã. Em *A divina pastora*, estabelece-se a luta do bem (a Monarquia) contra o mal (a Farroupilha) e a condenação da desordem no movimento revolucionário. O triunfo da virtude, partir de Edélia, foi construído neste romance, cujo moralismo reestabelece o primado da justiça sobre a traição. Assim, *A divina pastora* pode ser compreendido como um romance com um viés pedagógico, querendo instruir os leitores da época com exemplos a respeito de ética social e moral cristã, além da história como exemplo para compreender como a Província mais ao sul do Império equivocou-se com a Farroupilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance *A divina pastora* se articula a uma memória pós-Independência, em que os letrados brasileiros desenvolveram uma literatura nacional que escreveria a história da jovem nação. A construção da ordem foi um vetor intelectual para pensar a ficção, para uma história e uma cultura não mais luso-brasileira, mas apenas brasileira, que permitisse conhecer o Brasil, sua geografia e sua história através do romance.

Assim, o primeiro romance de Caldre e Fião se articula ao projeto da monarquia de construir a nação tanto do ponto de vista institucional, em que os letrados eram servidores do Estado, como do ponto de vista estético-político, onde a escrita articula-se à monarquia. Política e estética se uniam pragmaticamente na escrita desses letrados para construir a imagem da nação. O controle da memória sobre a Farroupilha também aí se iniciava. Logo, a ficção ficou maleada pela construção da ordem. A criação ficcional, com a disciplinarização da história e com caráter testemunhal do romance romântico, ficava então duplamente controlada, pois, se de um lado, havia o controle político institucional a partir de um projeto de construir a nação, do outro lado, o romance e a historiografia se articulavam com as instituições monárquicas para o controle do passado. Enfim, a Farroupilha estava com sua narrativa parcialmente traçada, enquanto essas instituições e esse controle da memória fossem mantidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. In: **Revista brasileira de ciências sociais**, vol. 15, n.º 44 outubro de 2000.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. (1882). **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: ERUS, 1981.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em história).

CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. (1847). **A divina pastora**. Porto Alegre: RBS, 1992.

CÂMARA, Antônio Manuel Correia. (1846). **Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias**: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

CANDIDO, Antonio. **A formação da literatura brasileira: Momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **A construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra. **Escrita, linguagem, objetos: Leituras de história cultural**. Bauru: Edusc, 2004. (A)

CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência: Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. In: **História Unisinos**, vol. 8, n.º 10, jul/dez, 2004. (B)

CHAVES, Flávio Loureiro. Um texto resgatado. In: Caldre e Fião, José Antonio do Vale. **A divina pastora**. Porto Alegre: RBS, 1992.

COUTINHO, Saturnino de Souza e Oliveira. (1841-1842). **Bosquejo histórico e documentado e negócios do Rio Grande**. Porto Alegre: Corag, 1986.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De Rio-Grandense a Gaúcho**: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877). Porto Alegre: Editora Associadas/Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura de Porto Alegre, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil**: 1838-1857. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria**: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860/1910). Unicamp/IFCH, 2004. Tese (Doutorado em história).

LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário & a afirmação do romance**: Dom Quixote, As relações perigosas, Mool Flanders, Tristram Shandy. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

MAGALHÃES, Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura. **Niterói**, Revista Brasiliense. Ciência, Letras e Artes. Paris: Dauvin et Fontaine, libraires, 1836. Tomo 1.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n.º 15, 2001/2002.

TOMASI, Greice. **Leituras na fronteira**: um estudo sobre a relação entre literatura e história nas obras de Caldre e Fião. Caxias do Sul: UCS/CCS, 2007. Dissertação. (Mestrado em História).

RECEBIDO EM: 09/06/2020 PARECER DADO EM: 27/10/2020